



06 DE AGOSTO DE 2018 Segunda-feira

- INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
- CNI TENTA DERRUBAR BARREIRAS À EXPORTAÇÃO
- CNI LANÇA COALIZÃO CONTRA BARREIRAS COMERCIAIS A PRODUTOS BRASILEIROS
- FIRJAN CRIA CENTRO DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO
- FALTA CAIXA PARA 44% DAS EMPRESAS DE SP QUITAREM CRÉDITOS
- EMPRESAS DIZEM QUE FALTA CRÉDITO PARA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS
- ANEEL PODE DAR DESCONTO A EMPRESA AFETADA PELA GREVE DOS CAMINHONEIROS
- GUERRA COMERCIAL É RISCO PARA 66% DAS EMPRESAS NO BRASIL, APONTA PESQUISA
- PAÍSES SUL-AMERICANOS CHAMAM ATENÇÃO DE FRANQUIAS BRASILEIRAS
- STARTUPS DO PAÍS COMEÇAM A USAR BLOCKCHAIN
- MICROS E PEQUENAS EMPRESAS SOFREM COM A CRISE
- OS IMPACTOS DA DCTFWEB PARA AS EMPRESAS
- ARTIGO: LICENÇA-PATERNIDADE: A NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO AOS TEMPOS MODERNOS
- CONVENÇÃO DA OIT NÃO GARANTE PAGAMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS A DEMITIDO POR JUSTA CAUSA
- CONSUMO DAS FAMÍLIAS E INVESTIMENTOS TERÃO AVANÇOS TRIMESTRAIS DE ATÉ 1%
- A POSSIBILIDADE DA CORREÇÃO DE ERROS FORMAIS ANTES DE AUTUAÇÕES TRIBUTÁRIAS
- BC AUTORIZA 1º SISTEMA DE REGISTRO DE DUPLICATAS E ESPERA QUEDA DOS JUROS
- DIVERSIFICAÇÃO COM FUNDOS É ALTERNATIVA PARA CENÁRIO INSTÁVEL
- NÚMERO DE CARTÕES DE DÉBITO ATIVOS AUMENTOU 6,2% EM 2017, DIZ BC
- FOCUS APONTA ALTA DO PIB DE 2018 DE 1,50%

- FOCUS: PROJEÇÃO DO IPCA 2018 ATUALIZADA NOS ÚLTIMOS 5 DIAS ÚTEIS PASSA PARA 4,11%
- SELIC NO FIM DE 2018 PERMANECE EM 6,50% AO ANO, REVELA FOCUS
- EÓLICAS SERÃO 2ª FONTE DE ENERGIA DO PAÍS EM 2019
- PETROBRAS REDUZ PREÇO DA GASOLINA EM 0,7% NAS REFINARIAS A PARTIR DE TERÇA-FEIRA
- FIAT CHRYSLER ANUNCIA RECALL DE 87 MIL UNIDADES DE UNO, NOVO PALIO E GRAND SIENA
- NISSAN QUER USAR BATERIA DESCARTADA DE CARRO ELÉTRICO PARA LEVAR ENERGIA A CASAS
- ROBÔ VAI FACILITAR COMPRA DE CARRO, MAS NÃO SUBSTITUI PESQUISA
- O QUE TODO MOTORISTA DEVE SABER SOBRE MECÂNICOS E POSTOS MALANDROS
- JIPINHO CACTUS CHEGA COM A MISSÃO DE FAZER CITROËN VOLTAR A CRESCER NO BRASIL
- SCANIA RENOVA APOSTA EM BIOCOMBUSTÍVEIS
- CONSUMIDORES TÊM CONFIANÇA ELEVADA NO SETOR AUTOMOTIVO NA AMÉRICA LATINA
- MAGNETI MARELLI COMPRA STARTUP DE TECNOLOGIA PARA CARRO AUTÔNOMO
- VENDAS DE VEÍCULOS IMPORTADOS AVANÇAM 31,5% NO ACUMULADO ATÉ JULHO
- EMBRAPII E USIMINAS INVESTIRÃO R\$ 2 MILHÕES EM SISTEMA DE INSPEÇÃO INTELIGENTE PARA CHAPAS DE AÇO
- ARCELORMITTAL AMPLIA PRODUÇÃO
- EXPORTAÇÕES DEVEM CRESCER 2,5% EM 2018

CÂMBIO		
EM 06/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,721	3,721
Euro	4,294	4,296

Fonte: BACEN

Integração Internacional

06/08/2018 – CNI

A edição do segundo trimestre de 2018 do informativo **Integração Internacional** está disponível para [download](#) no canal de Assuntos Internacionais da CNI.

Destaques da edição:

1. Negociações de origem entre o Mercosul e a União Europeia;
2. Os primeiros movimentos de uma nova guerra comercial;
3. Conjuntura: análise da balança comercial brasileira no segundo trimestre de 2018.

CNI tenta derrubar barreiras à exportação

06/08/2018 – Tribuna PR

Num momento em que as maiores potências econômicas globais se voltam para ações protecionistas, a indústria brasileira lança nesta segunda-feira, 6, a Coalização Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB). O grupo coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem, entre seus objetivos, reduzir barreiras que prejudicam as exportações locais.

A entidade já identificou 20 barreiras comerciais que, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), impediram exportações de US\$ 30,5 bilhões em produtos brasileiros só no ano passado. Países membros do G-20, que reúne as maiores economias do mundo, dominam a lista, com 17 barreiras.

Na lista de vetados pela União Europeia, por exemplo, está o pão de queijo. A região proíbe a entrada de produtos com mais de 50% de lácteos em sua composição, mas o pão de queijo nacional tem apenas 20% do derivado do leite. Já os EUA estabelecem cotas para lácteos brasileiros. O suco de laranja paga 7,5% se entrar na China com temperatura abaixo de 18°C. Se estiver mais alta, o imposto vai a 30%. A vizinha Argentina exige declaração da composição de produtos têxteis.

“O foco da coalizão será atuar de forma proativa para derrubar barreiras que impedem nosso acesso a mercados no exterior”, diz Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), que também vai presidir a CFB.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, diz que a ideia é “trabalhar a competitividade tanto da porta para dentro do Brasil, com a facilitação do comércio, quanto para fora, com a eliminação de barreiras”. Participam do lançamento da CFB o ministro da Indústria (Mdic), Marcos Jorge, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, entre outros.

CNI lança coalizão contra barreiras comerciais a produtos brasileiros

06/08/2018 – Folha de S. Paulo

Brasil perde cerca de 14% de suas exportações em razão de barreiras técnicas e fitossanitárias

Em parceria com associações e federações da indústria, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) identificou ao menos 20 barreiras comerciais que prejudicam exportações brasileiras, 17 delas erguidas por membros do G20, grupo das 19 maiores economias do mundo mais UE (União Europeia).

A ideia, diz a CNI, é definir estratégias para lidar com o problema, pois a tendência é que esse número cresça.

Com esse objetivo, a confederação lança nesta segunda-feira (6) em São Paulo, a CFB (Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras), grupo que reúne cerca de 80 representantes do setor.

O Brasil perde cerca de 14% de suas exportações em razão de barreiras técnicas e fitossanitárias —perda próxima de US\$ 30,5 bilhões em 2017 (cerca de R\$ 113 bilhões), segundo dados da FGV (Fundação Getulio Vargas), citados pela CNI.

Os entraves atingem alguns dos principais produtos exportados pelo país, como açúcar, carnes, suco de laranja e elétricos e eletrônicos.

Em um dos exemplos apontados pela CNI, o pão de queijo brasileiro não entra na UE por ser um produto lácteo, embora, pela sua composição, não seja considerado lácteo pelas próprias regras da região.

Já o mamão brasileiro acaba apodrecendo nos EUA porque autoridades daquele país alegam que há pedaços de insetos nas cargas enviadas, sem embasamento técnico.

A carne brasileira é outro produto a enfrentar obstáculos. Ela não entra na Nigéria, por exemplo —uma forma que o país encontrou de favorecer a produção local.

Para entrar no Japão, o suco de laranja paga um imposto de importação mais elevado (de 25,5% em relação a 21,3% para sucos de outras origens), também por sua composição.

O México impõe normas para produtos elétricos e eletrônicos não baseadas em regras de referência internacional.

Além das barreiras externas, o grupo da CNI busca atacar problemas internos, como tempo e custos dos processos de exportação e importação.

Estudo da CNI mostra que, em média, atrasos decorrentes da burocracia aduaneira elevam custos de exportação em cerca de 13% e em 14% os custos de importação.

Entre as propostas, está ainda a implementação completa de um portal único de comércio exterior, que poderia ampliar a corrente de comércio do Brasil com o mundo dos atuais US\$ 180 bilhões (R\$ 670 bilhões) para US\$ 250 bilhões (R\$ 927 bilhões) em 2030.

O grupo também quer fortalecer o programa OEA (Operador Econômico Autorizado). Enquanto a importação de uma empresa dentro do programa levou, em média, 3,8 horas para ser desembaraçada na aduana em 2017, a de uma empresa fora do programa levou 36,2 horas.

Países com restrição a produtos do Brasil

- Pão de queijo é considerado lácteo e não entra na UE
- Cadernos e embalagens são afetados por exigências excessivas na Argentina
- Bagaço de cana de açúcar é atingido por subsídio indireto no Japão
- Na China, imposto de importação sobre suco de laranja varia conforme temperatura do produto
- Vestuário, produtos de cama, mesa e banho e calçados vendidos para Bolívia requerem licenciamento considerado burocrático

Firjan cria centro de inovação e empreendedorismo

06/08/2018 – Bem Paraná (publicado em 03-08-2018)

A Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) inaugurou nesta sexta (3) um centro de inovação e empreendedorismo com foco em transformações do mercado de trabalho. A ideia é debater quais as competências exigidas no futuro e tendências na formação de novos profissionais.

Batizado de Casa Firjan, o espaço é resultado de investimento de R\$ 119 milhões e terá cursos, laboratórios e palestras sobre o tema, para tentar influenciar políticas públicas para a qualificação profissional. "O objetivo é refletir, criar e entregar soluções para o desafio da nova economia", diz a entidade.

Em nota, a Firjan ressalta que, segundo estudos, que 65% das crianças que ingressam hoje na educação básica terão no futuro profissões que ainda não existem. E que 30% das ocupações que existem hoje não existiam há dez anos.

"Os ciclos de conhecimento demoravam 100 anos para ser renovados no passado, período que diminuiu para 10 anos com a chegada da internet nos anos 2000 e que tende a ser reduzido a 12 horas com a consolidação da internet das coisas", diz o gerente da Casa Firjan, Gabriel Pinto.

Entre os 30 cursos oferecidos, estão fabricação digital, design de produto, branding, design thinking e gamificação. A partir de setembro, serão abertas 1.200 vagas, sendo 250 com bolsa de estudos para alunos de baixa renda.

"Os cursos são voltados para atender às novas competências da indústria e do mercado de trabalho, por isso estarão alinhados a temas como inovação, empreendedorismo e novos modelos de negócio", afirma a diretora de Educação da Firjan SENAI, Andréa Marinho.

A casa está localizada em um terreno de 10 mil metros quadrados em Botafogo, zona sul do Rio, que foi propriedade da família Guinle, cujo grupo empresarial teve grande influência entre o fim do século XIX e o início do século XX - foi responsável, entre outras coisas, pela modernização do Porto de Santos e pela construção do hotel Copacabana Palace.

O espaço terá também exposições culturais, shows e cinema ao ar livre. A visita é gratuita durante o mês de agosto.

Falta caixa para 44% das empresas de SP quitarem créditos

06/08/2018 – Bem Paraná (publicado dia 05-08-2018)

Confrontadas com uma realidade mais dura do que estimaram nos planejamentos para 2018, cerca de 44% das empresas paulistas que recorrem ao financiamento bancário estão com dificuldade de gerar caixa suficiente para pagar as parcelas de suas dívidas junto às instituições.

Em uma situação ainda mais delicada, 12% estão com parcelas atrasadas. Cerca de 8% atingiram um número tão grande de parcelas em aberto que sofrem bloqueio de movimentações bancárias.

Os dados constam de um levantamento realizado pela Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) com quase 500 empresas entre os dias 10 e 20 de julho.

A dura realidade impacta especialmente as empresas de pequeno e médio portes.

As grandes companhias, mesmo que em um ritmo lento, já apresentam uma recuperação da saúde financeira e reduzem as dívidas neste ano.

No entanto, uma vez que as pequenas e médias são fornecedoras das grandes e representam uma parcela maior do universo empresarial do Brasil, o temor é que elas possam desencadear uma crise na cadeia de fornecimento de insumos e peças, atingindo as grandes companhias, explica José Ricardo Roriz, presidente da Fiesp.

"As empresas grandes têm acesso ao mercado de crédito internacional, multinacionais recebem apoio da matriz, mas essas grandes têm conexão com o mercado local: dependem de empresas satélites médias e pequenas", diz Roriz.

Segundo o presidente da Fiesp, se parte do sistema de negócios tem problemas, uma hora o todo é penalizado.

"A cadeia de fornecimento está se desorganizando por falta de acesso a crédito para médias e pequenas. Ou elas se refinanciam agora ou vão ficar insustentáveis, sem conseguir pagar despesas financeiras e impostos. Pode comprometer ainda mais a geração de emprego", afirma.

Hoje, mais de 70% da indústria paulista usa créditos bancários e a principal necessidade é por crédito para capital de giro —ou seja, 62% já usam financiamento para realizar suas operações.

"Nem estamos falando em refinanciamento para investimento. Ninguém está pensando em investir numa hora dessas. A capacidade ociosa está alta, e principalmente as que fizeram investimentos recentemente estão com dívidas elevadas", afirma Roriz.

A preocupação, segundo o presidente da Fiesp, é que a elevação da capacidade ociosa de um patamar em torno de 10% para mais de 30% nos últimos anos apertou as margens de lucro. Embora os equipamentos estejam parados, eles geram custo fixo por causa da manutenção.

"Como as empresas estão faturando menos, então a taxa de juros se torna mais importante. Se a taxa for muito mais alta do que o que a empresa ganha no operacional, isso vai aumentar o buraco financeiro. Chega uma hora em que ela tem de parar de funcionar", afirma.

Segundo a pesquisa, o retrato dessas empresas hoje mostra uma fragilidade generalizada: 71% estão com algum tipo de dificuldade no relacionamento com seus bancos.

As altas taxas de juros são a principal queixa, citada por 59% das empresas em dificuldades apontadas no levantamento da Fiesp.

Dentre as que estão com prestações pendentes, 76% já superaram os 30 dias de atraso, o que as levou a sofrer penalidades, como bloqueio de movimentação bancária e redução do limite de crédito.

Mais da metade com dificuldade de pagamento ainda não foi procurada pelos bancos para renegociar um refinanciamento dos contratos de crédito.

A prioridade dessas empresas em uma eventual renegociação das dívidas seria a redução da taxa de juros.

Um alongamento do prazo para o pagamento para mais de 24 meses também agradaria a maioria das que hoje passam por dificuldades.

Cerca de 40% das empresas pesquisadas consideram que a taxa de juros máxima ideal para o refinanciamento seria de 11%.

Segundo a Fiesp, apenas 15% delas consideram viável um refinanciamento com juros acima de 14% a taxa de juro média para capital de giro foi de 17,7% ao ano em maio, segundo o Banco Central.

Para sair da crise, as empresas endividadas também pedem carência para começar a pagar, além de dinheiro novo.

Mais de 70% delas consideram que seria necessário, ao menos, três meses de carência antes de começarem a pagar as parcelas caso conquistem um refinanciamento.

Empresas dizem que falta crédito para construção de imóveis

06/08/2018 – Tribuna PR (publicado dia 04-08-2018)

A parcela dos financiamentos imobiliários destinada à construção dos imóveis ficou menor nos últimos anos. Dados do Banco Central mostram que a cada R\$ 100 desembolsados, R\$ 19 foram para a construção, o que inclui empréstimos para compra de material de construção e reformas. O restante foi direcionado para a aquisição de imóveis por famílias ou empresas.

Em 2014 e 2015, a parcela destinada à construção era de 28%. Para reduzir a resistência dos bancos em oferecer mais crédito às construtoras e incorporadoras, o setor negocia com o governo medidas para diminuir o risco do crédito. Entre elas está o uso do chamado patrimônio de afetação – quando o empreendimento é constituído legalmente separado da construtora, com CNPJ e contabilidade próprios – em casos de recuperação judicial e a contratação de seguros de termos da obra.

“Temos um mercado ansioso por compra de imóveis, mas não estamos conseguindo entregar por falta de crédito”, diz José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. No primeiro trimestre (número mais atualizado), as vendas superaram os lançamentos em 14 mil imóveis, o que fez com que houvesse redução de 15% no estoque de unidades habitacionais, para 123 mil.

Martins considera insuficientes as medidas adotadas pelo governo nesta semana para tentar destravar o crédito imobiliário, como a ampliação do uso do FGTS na compra de imóvel de até R\$ 1,5 milhão.

“Não adianta financiar apenas os compradores se a construtora não tem como erguer o empreendimento.”

A indústria da construção marcou uma sabatina com os candidatos à Presidência na segunda-feira, quando apresentará os principais pedidos do setor, que, além do crédito para as empresas, incluem a retomada de obras inacabadas.

Para o programa Minha Casa Minha Vida, o setor espera que seja permitido construir empreendimentos mistos para as faixas 1 (para famílias que ganham até R\$ 1,8 mil por mês) e 1,5 (para famílias com renda de até R\$ 2,6 mil mensais), com o aumento das prestações que os beneficiários da faixa 1 pagam.

Nessa modalidade, o Orçamento da União banca até 90% do valor do imóvel. Na faixa 1,5, as famílias têm desconto de até R\$ 45 mil na aquisição do imóvel, de acordo com localidade e renda.

Os juros do financiamento também são subsidiados, mas 90% do subsídio é dado pelo FGTS; só 10% são da União.

Aneel pode dar desconto a empresa afetada pela greve dos caminhoneiros

06/08/2018 – Tribuna PR (publicado dia 04-08-2018)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia a possibilidade de conceder descontos às concessionárias de linhas de transmissão de energia que tiveram suas obras ou operações de manutenção afetadas pela greve dos caminhoneiros.

A greve, que teve início em 21 de maio e durou 10 dias, atrapalhou pelo menos 19 intervenções que estavam marcadas para ocorrer naquele período, conforme informações enviadas à agência pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão responsável pelo monitoramento do setor.

Os efeitos da greve dos caminhoneiros seguem causando impactos. A tabela do frete mínimo continua gerando polêmica.

Como o atraso nessas intervenções não foi causado pelas empresas do setor, mas poderiam ter desdobramentos para cada companhia, as concessionárias pediram permissão para serem isentadas de um desconto de receita que sofreriam devido a essas paralisações.

Ainda não há uma estimativa sobre o impacto financeiro desse pedido.

Guerra comercial é risco para 66% das empresas no Brasil, aponta pesquisa

06/08/2018 – Tribuna PR (publicado dia 03-08-2018)

Os possíveis efeitos da guerra comercial entre as duas maiores economias do planeta já estão sendo antecipados pela maior parte das companhias em atuação no Brasil. Dos 130 executivos consultados no fim de julho pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), 66% já incluem como riscos aos seus negócios o aumento de custos causado pela imposição de tarifas ou a queda de receitas provocada pela perda de fatias de mercado.

Em análises internas, 53% dessas empresas consideram a guerra comercial como uma ameaça de média proporção. Para 13%, esses riscos são altos. “A percepção dos empresários no Brasil segue em linha com a estimativa que as tarifas aplicadas às exportações brasileiras poderiam subir de 5% para 32%”, afirmou por meio de nota a presidente da organização no Brasil, Deborah Vieitas.

“No cenário de guerra comercial, não há vencedores, embora alguns setores brasileiros possam ganhar no curto prazo, especialmente no setor de commodities”, complementa a presidente da Amcham.

Os participantes da pesquisa acreditam que as perspectivas de médio prazo são de que os países mais atingidos pelo aumento de tarifas dos EUA buscarão outros mercados para suas exportações.

Inserção no mercado global

A pesquisa ainda aponta que a principal barreira para integração do Brasil no mercado global, para 31% dos entrevistados, é a insegurança jurídica para investimentos. Também foram mencionados custos poucos competitivos e falta de acordos comerciais ou de investimento.

Em relação às negociações entre Brasil e Estados Unidos, 56% dos empresários pensam que o governo brasileiro deveria adotar uma postura mais ativa de diálogo, se comprometendo com um horizonte de negociação mais concreto. Para 33%, o diálogo já deveria ser intensificado no curto prazo, de forma a evitar possíveis novas sobretaxas.

06/08/2018 – DCI

Expansão inicial e consolidação das redes são auxiliadas por geografia, moedas e sinergias dos acordos do Mercosul, além das semelhanças da dinâmica comercial na região



Anjos Colchões está indo para sua terceira unidade no Paraguai

Em busca de consolidação de negócios para além do território nacional, redes de franquias de diferentes segmentos estão iniciando operações em países da América do Sul. Entre os atrativos da empreitada estão nichos de mercado ainda pouco explorados, a credibilidade de marcas brasileiras e maior know-how com a atuação internacional.

“Tenho visto um movimento muito grande de redes de franquias brasileiras indo para a América do Sul. Essas marcas têm performado muito bem, especificamente em mercados de países como Paraguai e Colômbia”, argumentou o vice-presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF), André Freidheim.

De acordo ele, o território paraguaio tem representado uma espécie de “quartel general” de experimentação das franquias brasileiras que estão iniciando os movimentos de internacionalização. Em relação à Colômbia, Freidheim aponta “o amadurecimento e as taxas de crescimento do país nos últimos anos, o que possibilita a segurança para abrir um maior número de unidades.”

Para ele, outra possível opção para os empresários brasileiros é o mercado argentino, tendo em vista que “a Argentina representa uma parceira de longa data do Brasil, com hábitos de consumo similares.”

Mesmo com a proximidade geográfica e um desenvolvimento econômico semelhante, Freidheim alerta sobre os cuidados para iniciativas feitas às pressas. “O movimento deve ser feito com investimento em marketing e com disponibilidade de capital de giro para ser bem estruturado”, diz.

Franquias no exterior

Um dos exemplos de franquias brasileiras que embarcaram em águas estrangeiras foi a Cleannew – especializada em processos de hipermeabilização e revitalização de estofados. “Vamos começar a operar na Colômbia e na Argentina no segundo semestre. Vimos que o hábito de hipermeabilizar é algo muito brasileiro”, diz o CEO da empresa, Fritz Paixão.

Segundo o executivo, embora o empresário tenha percebido uma confiança muito grande da parte do mercado estrangeiro, “as temperaturas baixas em determinados períodos do ano impactam no processo de secagem do produto do estofado”. Por isso, ele conta que decidiu usar vapor em vez de água nos serviços prestados.

Em 2017, o faturamento da empresa foi de R\$ 6 milhões. Para este ano a expectativa é de R\$ 8 milhões – já contando a iniciativa internacional.

Quem segue caminho similar é a Calçados Bibi, que iniciou operações no Peru e na Bolívia em setembro de 2017. “Já tínhamos *expertise* de exportação para esses países, que também já tinham familiaridade com o mix de produtos brasileiros”, afirmou a diretora da Calçados Bibi, Andrea Kohlrausch. Segundo a executiva, mesmo com essa aproximação comercial com tais nações, houve um movimento de negociação com fornecedores locais, “pois importar tudo ficaria muito caro”.

A empresária afirma que, ante 2017, as operações estrangeiras resultarão num incremento na casa dos 20% na receita do negócio, chegando em torno de R\$ 137 milhões.

Também servindo-se da rede de negócios construída com o tempo, a rede de franquias iGUi – que comercializa piscinas – tem forte atuação na Argentina e no Paraguai. De acordo com o diretor internacional da empresa, Marcelo Pazos, no território argentino, já são 60 unidades do negócio; e, no Paraguai, cerca de 15 lojas. “Pretendemos abrir uma distribuidora e fábrica nas regiões em que atuamos, para facilitar os processos logísticos entre as regiões”, afirmou.

Com a mesma visão positiva sobre o mercado paraguaio, o diretor da franquia Anjos Colchões, Leonardo dos Anjos, explica que “o movimento de interiorização do país vizinho veio para abraçar os consumidores regionais, que iam até a cidade fronteira com o Brasil para adquirir” os produtos.

Em relação ao custo, o executivo afirma que não há diferença, mesmo com a moeda paraguaia mais desvalorizada. “Todos os nossos produtos são desenvolvidos e fabricados aqui no Brasil. E, vale frisar, o Paraguai é muito próximo da localização da nossa fábrica, em Cascavel, interior do Paraná. Ainda de acordo com ele, as ações de marketing são desenvolvidas visando a dinâmica comercial do país, visto que a língua e o calendário promocional e as datas comemorativas são diferentes.

Os franqueados têm faturamento médio anual de R\$ 1 milhão. Atualmente, a rede tem duas unidades no Paraguai. No segundo semestre, está prevista outra inauguração. “Nosso objetivo é estar próximo deles [consumidores paraguaios] e oferecer uma experiência de compra mais ampla” conclui.

Startups do país começam a usar blockchain

06/08/2018 – Folha de S. Paulo

Negócios aplicam tecnologia que registra transações em bancos de dados à prova de fraude



Silvia Valadares na incubadora Cubo, em São Paulo - Rafael Hupsel/Folhapress
6.ago.2018 às 2h00

Blockchain, tecnologia que usa a descentralização de dados para aumentar a segurança, começa a ser utilizada por startups brasileiras e tem potencial para impactar negócios tanto de empresas grandes quanto de pequenas.

Essa ferramenta, que ficou conhecida por estar por trás do bitcoin, funciona como um livro-caixa que registra dados em blocos digitais de informação de modo descentralizado. Acréscimos de informações nesses bancos de dados compartilhados são visíveis a todos —e, como não há um arquivo central para ser corrompido, é inviolável.

Em empresas, diz a consultoria McKinsey, o blockchain pode ser usado para guardar informações ou registrar transações de modo prático e seguro.

Com essa tecnologia é possível, por exemplo, registrar como foi empregado um valor que alguém investiu ou detalhar a origem de um produto.

Neste ano, segundo a empresa de pesquisas IDC, os gastos mundiais para desenvolvimento de produtos e serviços a partir de plataformas de blockchain são estimados em US\$ 2,1 bilhões (R\$ 7,8 bilhões), mais que o dobro dos US\$ 945 milhões (R\$ 3,5 bilhões) de 2017.

Entre as empresas que têm investido no blockchain estão BRF, Carrefour, Walmart, Cargill e Santander. Já entre as startups, mais de mil utilizam hoje a tecnologia, segundo dados da empresa de pesquisas Venture Scanner.

No Brasil, os primeiros passos acontecem agora: das 4.200 empresas que fazem parte da Associação Brasileira de Startups, somente 9 aplicam a tecnologia nos negócios, em áreas de finanças, seguros, big data, criptomoedas e direito, segundo levantamento feito a pedido da Folha.



Chicko Sousa, no escritório da Plataforma Verde, em SP - Danilo Verpa/Folhapress

A Owl Docs é uma delas. Fundada pelo cientista da computação Bruno Kenj, 34, e pela profissional de marketing Silvia Valadares, 43, a plataforma de gestão de documentos corporativos com assinatura digital em blockchain está em operação desde maio de 2016.

Além de assinatura de documentos, contratos de câmbio também são firmados por meio da plataforma, que tem como atrativo a rastreabilidade e a inviolabilidade dadas pelo blockchain.

“Compartilhamos os dados de forma segura e analisamos todo e qualquer acesso a qualquer documento, em tempo real”, afirma Silvia.

Com dez clientes nas áreas de finanças, comunicação, saúde e previdência, a startup prevê faturar R\$ 1 milhão neste ano. A meta é chegar a uma receita entre R\$ 4 milhões e R\$ 5 milhões nos próximos 18 meses, diz Kenj.

Foi numa maratona de programação —ou hackaton— realizada em Londrina, em 2016, que o veterinário Renato Giroto, 36, a advogada Mariana Bonora, 32, e os engenheiros da computação Guilherme Costa, 27, e Thiago Zampieri, 32, se uniram para formar a Bart Digital.

A plataforma automatiza, com uso de blockchain, as operações do tipo Barter, em que a compra feita pelo produtor rural é paga com a entrega da produção equivalente após a colheita.

“Fazemos assinatura digital, monitoramento do plantio do produtor via satélite e geração automática dos documentos”, diz Guilherme.

A startup atende atualmente 12 revendas, distribuidoras e agroindústrias em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo.

Em operação desde janeiro de 2017, a Plataforma Verde permite a empresas rastrear etapas do gerenciamento de resíduos de maneira online.

“O transporte de um resíduo entre uma indústria e um aterro industrial é uma informação transacional e conseguimos rastrear por meio de blockchain. Os dados se tornam imutáveis com o registro de quem inseriu as informações”, afirma o engenheiro mecânico Chicko Sousa, 39, fundador da Plataforma Verde.

Hoje, 1.300 companhias —como Renault, Scania, Eurofarma e Mondelez— utilizam o sistema da startup, pagando mensalidades que variam de acordo com as etapas de gestão dos resíduos que desejam controlar.

Com receita de R\$ 1,1 milhão no ano passado, a startup espera triplicar o montante em 2018, afirma Chicko.

Para Bernardo Madeira, especialista em blockchain e fundador da consultoria Interchains, o investimento na tecnologia é uma tendência disruptiva, que pode transformar a prestação de serviços, aumentar a confiança, a produtividade e a eficiência dos processos e reduzir custos.

Suas possibilidades promissoras não significam, porém, que a ferramenta seja solução para todos os tipos de empresas. É preciso avaliar com cuidado se a tecnologia tem aplicação no seu negócio.

Para Gustavo Cunha, professor de inovação e finanças do Ibmecc, um dos principais fatores a serem avaliados é se existe um fluxo de informações ou dados que possam ser acompanhados.

“Bancos de dados com registros de imóveis ou de uma cadeia logística (supply chain), por exemplo, podem ser guardados em blockchain”, diz.

Entenda o blockchain

O que é

Tradução literal para “corrente de blocos”, blockchain é uma tecnologia que funciona como uma espécie de livro-caixa de transações. Cada registro representa um novo bloco na corrente

Quais são suas principais características

Descentralizado

Informações em blockchain são armazenadas em uma rede de computadores, sem que exista um arquivo central ou um “dono” dos dados

Difícil de fraudar

A falsificação ou quebra dos registros é muito improvável, porque ninguém tem o controle do sistema

Transparente

Todo participante da rede pode checar a autenticidade da corrente. Protocolos de consenso são usados para validar um novo bloco com outros participantes antes que ele possa ser adicionado à cadeia

Como pode ser usado por empreendedores

É empregado para registrar informações, negociações, transações. Como diminui intermediários e processos de armazenamento de dados, pode reduzir custos tanto para empresas quanto para seus clientes

Micros e Pequenas empresas sofrem com a crise

06/08/2018 – Contábeis.com

Em uma matéria veiculada na Folha de São Paulo, no dia de hoje 05/08/2018, em que o título é: “*Falta caixa para 44% das empresas de São Paulo quitarem créditos*”. Isso

preocupa em muito o desenvolvimento do empreendedorismo no nosso país, foi realizada uma pesquisa séria e competente pela FIESP, em que apontam que quase metade das Micros e Pequenas empresas de São Paulo estão com dificuldades para honrar seus compromissos financeiros junto aos bancos que lhes cederam créditos, dos mais diversos tipos.

É de suma importância que diga, que de certa forma essa matéria, concentra a pesquisa apenas no estado de São Paulo, vêm demonstrar que essa situação vivida por aqueles empreendedores, também ocorre nos demais estados brasileiros. Onde o pequeno e médio empresário, vem fazendo o impossível para manter suas contas e sua empresa com a saúde financeira equilibrada.

O que chama a atenção com esta matéria é que a falta de caixa elencada é proveniente de diversos fatores externos, tais como: nível elevado de desemprego, empresas fechando suas portas, falta de incentivos fiscais, trabalhistas, previdenciários, acesso ao crédito financeiro com juros condizentes ao mercado, entre outros tantos problemas enfrentados por todos os empreendedores dos mais diversos setores econômicos.



O empreendedor hoje no Brasil, não tem que ter apenas a força de vontade de fazer o seu negócio acontecer, ele tem que ter o desejo de vencer, aliado a habilidades emocionais e profissionais, além de conhecimento profundo sobre o mercado em que estão inseridos. Para que dessa forma façam o que chamo de trabalho de formiguinha (juntar um pouco a cada dia), sendo necessário para avaliação de como anda o negócio, além de avaliar também e muito bem como anda o mercado.

A economia brasileira está passando por momentos de extrema fragilidade, o que acaba por afetar toda cadeia produtiva. E sabemos que, a força motriz da economia em qualquer parte do mundo é a sua cadeia produtiva. Que gera empregos, que gera produtos finais e matéria prima, que gera felicidade, bem estar, que movimenta o mundo, e se isso parar ou estagnar teremos que encontrar meios de vivermos a esse turbilhão econômico.

Mas nem tudo está perdido, porque o brasileiro é um povo empreendedor por natureza, se "virando" como pode, para fazer a economia do país voltar a sua retomada o mais breve possível, e sempre teremos diversas oportunidades diante de uma crise. Não se desesperem empreendedores ainda temos muito a trabalhar para mantermos o motor dessa força motriz funcionando para que possamos vencer.

Os Impactos da DCTFWeb para as empresas

06/08/2018 – Contábeis.com (publicado dia 03-08-2018)

Muito vem se falando a respeito de uma nova obrigação acessória, criada pela Receita Federal do Brasil, para segundo eles otimizar tempo e processos, com as apurações de contribuições sociais e tributos federais.

Estudando o manual da DCTFWeb, pude verificar alguns pontos, que poderão trazer um certo transtorno, caso não aja alinhamentos com os órgãos gestores das referidas contribuições Sociais, nesse caso específico a Caixa Econômica Federal, órgão que administra os recursos depositados de empregados e entidades sindicais. Isso me faz

relembrar no início do Simples Nacional, e até hoje isso se perdura, o repasse que a RFB(Receita Federal do Brasil) é obrigada a fazer aos estados e municipais quando do recolhimento daquele tributo. Caso em que muitas vezes nós como Contadores e empreendedores, temos que levar a Guia DAS aos referidos órgãos para comprovarmos o pagamento e assim não estarmos enquadrados como devedores.

No manual da DCTFWeb, cita que todo fato gerador que seja transmitido pelo eSocial e pela EFD Reinf, deverá até o dia 15 do mês subsequente ao fato gerador se transmitido por tal declaração para que se gere as guias, ou melhor dizendo, a Guia de recolhimento, neste caso um único DARF em que se fará constar todos os débitos tributários e sociais da empresa, sem nenhuma distinção ou distribuição dos referidos.

Gerando assim um impacto para as empresas, que em virtude de terem que se adequar a esta nova modalidade de cálculos e apurações, deverão ter o máximo de cuidado e observância de tudo que for gerado pelos sistemas do eSocial e do EFD Reinf no SPED. Para que não ocorram em retrabalho da equipe fiscal e trabalhista.



Deve-se observar, que as empresas enquadradas no Grupo I, empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões, que deverão entregar as suas obrigações geradas no eSocial e EFD Reinf, referente a competência agosto, que deveria ser entregue até 15 de agosto, porém, por ser uma declaração relativamente nova e que está gerando muitas dúvidas, tanto dos contribuintes quanto dos profissionais da área contábil, a RFB resolveu prorrogar a sua entrega para o mês subsequente, nesse caso até o dia 15 de setembro conforme IN da RFB 1819/2018.

Isso mostra que ainda o sistema da DCTFWeb não se encontra um sistema estável, além de não ter tido uma divulgação antecipada, através de ministração de cursos, palestras esclarecedoras, enfim tudo que compõe um bom planejamento, para um lançamento deste nível.

Além desses impasses citados, temos diversos outros, que deverão ser analisados com cautela, exemplo há um alinhamento com a CEF para baixa dos depósitos do FGTS? Será que isso não trará mais uma obrigação de termos que ir até a CEF comprovar que houve o depósito, até a CEF realmente processar os pagamentos? Será que não haverá atrasos nesses processamentos? Essas questões que preocupam creio que os empreendedores e contadores no país inteiro.

Estamos numa busca desenfreada para acertarmos a trabalhar ainda com eSocial que passou um sistema complexo e com muitas informações, teremos que nos adequar a esta nova realidade sem nem mesmo estarmos 100% prontos para o SPED. Isto digo porque vejo as dúvidas de colegas contadores, que desesperadamente buscam ajuda em diversos sites da área e fóruns, para pelo menos acertar o envio de tais declarações.

As empresas contábeis assim como os seus clientes que tendo impactos relevantes e constantes em ter que se adequar a uma nova realidade tributária no campo das obrigações sejam elas acessórias ou obrigações que fazem parte do cotidiano dos escritórios contábeis e seus clientes. Uma obrigação como a DCTFWeb jamais poderia ser chamada de obrigação acessória (obrigação a parte) e sim deveria compor junto com o eSocial, EFD Reinf, NFe, entre outros o SPED, porque ela passa a integrar o SPED de maneira impactante e diferenciada. Se tornando mais um sistema do SPED.

06/08/2018 – Gazeta do Povo (publicado dia 05-08-2018)

A disparidade entre as licenças é um debate antigo e polêmico, mas a criação dos filhos não é mais exclusividade das mães



As licenças maternidade e paternidade são consideradas garantias básicas dos trabalhadores, conforme previsão constitucional, por serem indispensáveis à boa formação e desenvolvimento do recém-nascido. Diversos estudos demonstram a importância e benefícios, para a sociedade como um todo, da adequação temporal dessas licenças.

São avaliados desde aspectos econômicos, que englobam os gastos com saúde pública – pois, segundo os dados da Sociedade Brasileira de Pediatria, bebês que são amamentados por mais de seis meses e ficam mais tempo ao lado dos pais têm reduzidas as chances de contrair doenças –, até aspectos sociais, que mostram que a criminalidade está associada à carência afetiva nos primeiros anos de vida.

Além disso, o nascimento da criança é um período de adaptação para toda a família, em que a mãe está psicologicamente vulnerável em razão das alterações hormonais e da nova realidade, muitas vezes exaustiva, precisando do apoio do companheiro não só emocionalmente, mas também nas tarefas domésticas e de cuidados com o bebê.

O nascimento da criança é um período de adaptação para toda a família, em que a mãe está psicologicamente vulnerável em razão das alterações hormonais

A Consolidação das Leis do Trabalho, desde a sua entrada em vigor no ano de 1943, prevê a concessão de licença-maternidade. A legislação sofreu alterações desde então, prevalecendo, hoje, a licença-maternidade de 120 dias. Já a licença-paternidade é de cinco dias, conforme disposto no artigo 10, §1.º, do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que, neste caso, prevalece sobre a CLT, que só prevê um dia de folga ao pai.

Algumas leis esparsas preveem a concessão de licença-maternidade de 180 dias aos trabalhadores do serviço público, por exemplo, bem como para aquelas mães empregadas das empresas participantes do programa Empresa Cidadã. Há, ainda, projeto de lei de autoria da senadora Rose de Freitas (MDB/ES), já aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara, que prevê a alteração da CLT, ampliando a licença-maternidade para 180 dias para todas as trabalhadoras.

Percebe-se uma intensa movimentação e preocupação da sociedade em aumentar e regulamentar o período da licença-maternidade. No entanto, em que pese a existência de diversos projetos de lei e propostas de emendas constitucionais em trâmite no Senado e na Câmara, a licença-paternidade no Brasil foi minimamente alterada.

A discussão acerca de tal disparidade entre as licenças e da desigualdade de gêneros é um debate antigo e polêmico. A criação dos filhos não é mais exclusividade das mães. Essa já não é a realidade da sociedade brasileira, de tal modo que a legislação merece uma readequação.

Trata-se de típica normatização arcaica e discriminatória em relação à estrutura familiar, que, ao tentar proteger a mulher, concedendo-lhe a licença estendida, menospreza a importância paternal e incentiva a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Afinal, a lei fomenta a contratação de homens em detrimento de mulheres potencialmente férteis.

É dissonante a previsão normativa a respeito da licença-paternidade daquelas contidas na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Consolidação das Leis do Trabalho. A Constituição prevê, no artigo 5.º, inciso I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, aprofundando o tema no artigo 226, §5.º, que dispõe que os direitos e deveres, na sociedade conjugal, devem ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. No mesmo sentido são as disposições dos artigos 227 e 229, que tratam sobre o dever dos pais nos cuidados dos filhos.

As previsões contidas do ECA também pretendem garantir ao menor a criação, sustento e educação pela família, devendo o poder familiar ser exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, que deverão compartilhar as responsabilidades e deveres.

Já a CLT tem um capítulo destinado à proteção do trabalho da mulher, com disposições legais que pretendem evitar a discriminação por sexo, evitando-se, assim, maiores desigualdades no ambiente de trabalho. No entanto, tais disposições ainda não são suficientes para garantir a igualdade de gêneros e não garantem o exercício da paternidade responsável e a formação do vínculo afetivo.

Em alguns países europeus é possível identificar uma forte evolução no que diz respeito à equiparação. Na Suécia, por exemplo, os pais, conjuntamente, têm direito a até 480 dias de licença parental, sendo que ao pai é assegurada a permanência integral de 90 dias ao lado da criança. Na Islândia, a licença é de nove meses compartilhados.

O que se busca com a igualdade não é suprimir todas as diferenças, sejam elas naturais ou culturais, mas sim permitir que o exercício do poder familiar seja realizado por ambos os pais e reconhecer a importância da função paternal no ambiente doméstico, visando, ainda, a igualdade de gênero no acesso ao mercado de trabalho.

Carolina Tamega é especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.

Convenção da OIT não garante pagamento de férias proporcionais a demitido por justa causa

06/08/2018 – Granadeiro e Associados (publicado dia 03-08-2018)

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho desobrigou a Cooperativa Central Gaúcha Ltda. de pagar férias proporcionais, acrescidas do terço constitucional, a um operador demitido por justa causa. Com base em norma da CLT e na Súmula 171 do TST, o colegiado reformou decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), que havia deferido o pedido do trabalhador com fundamento na Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O operador foi dispensado em fevereiro de 2015. Segundo a empregadora, a despedida ocorreu por desídia, em virtude de 106 faltas injustificadas ocorridas durante o contrato.

Segundo a cooperativa, ele chegou a ser suspenso por dois dias e havia sido comunicado de que a repetição do fato levaria à demissão por justa causa.

Na reclamação trabalhista, o empregado alegou que foi despedido na véspera de gozar suas férias e assegurou desconhecer o motivo. Sustentou que não cometeu nenhum

ato motivador da despedida por justa causa e, por isso, buscava o reconhecimento de que a despedida ocorreu sem justa causa.

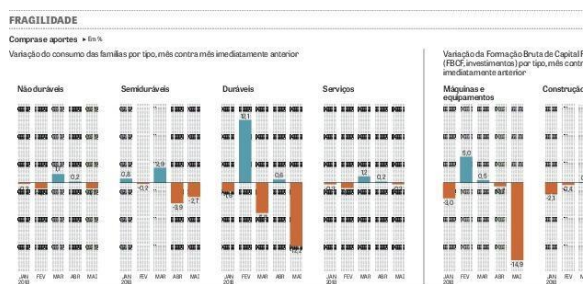
O pedido, negado inicialmente pela Vara do Trabalho de Cruz Alta (RS), foi julgado procedente pelo TRT da 4ª Região (RS). Para decidir que o operador fazia jus ao recebimento do valor de férias proporcionais, o TRT utilizou como base a Convenção 132 da OIT. Ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 3.197/1999, a convenção, conforme entendimento do TRT, asseguraria o direito à proporcionalidade da remuneração das férias, independentemente do motivo da rescisão do contrato.

Ao examinar o recurso de revista da cooperativa, o relator, ministro Brito Pereira, destacou que, conforme o que dispõe o parágrafo único do artigo 146 da CLT e o entendimento pacificado pelo TST na Súmula 171, as férias proporcionais são indevidas quando a dispensa se dá por justa causa. Segundo o ministro, a Convenção 132 da OIT não se aplica ao caso. "A norma não retrata expressamente o cabimento das férias proporcionais no caso de dispensa por justa causa", afirmou.

Consumo das famílias e investimentos terão avanços trimestrais de até 1%

06/08/2018 – DCI

Especialistas consideram ritmo de crescimento fraco; repique inflacionário em junho reduziu capacidade de melhora da renda, enquanto incertezas ainda impedem recuperação dos aportes



Paula Salati • São Paulo

O consumo das famílias e os investimentos produtivos terão um segundo semestre ainda fraco no Brasil, com a expectativa de crescimentos trimestrais de até 1%.

Para o fechamento do ano, a tendência é que as compras avancem até 2,6% em relação a 2017, o que seria a segunda alta anual seguida. Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, investimentos) deve crescer por volta de 4% em 2018, recuperando-se, dessa forma, de quatro anos consecutivos de queda.

O economista da Pezco Economics, Helcio Takeda, espera que o consumo das famílias aumente 1% no terceiro trimestre, na margem, (em relação ao trimestre imediatamente anterior), depois de uma alta de 0,3% durante os meses de abril, maio e junho.

A tendência é que as compras tenham uma expansão de mais 0,8% no quarto trimestre, fechando o ano com um crescimento de 2,6%. Takeda esclarece que a projeção anterior era de alta de 3%, mas que o repique inflacionário em junho provocará uma perda de renda das famílias.

"No primeiro semestre, esperávamos que a inflação oscilasse mais perto de 3,5%, o que abriria mais espaço para uma recomposição ou estabilidade do rendimento real no segundo semestre", afirma Takeda.

Porém, ele aponta que o IPCA deve rodar entre 4,3% e 4,7%, no acumulado em 12 meses, entre junho e setembro, o que tende a causar uma queda na renda, especialmente para os trabalhadores que tiveram um reajuste entre 2,8% e 3% no primeiro semestre.

Aportes em máquinas

O pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Daniel Duque, afirma que os investimentos devem avançar 3,8% neste ano, puxados por máquinas e equipamentos. Ele ressalta que a construção civil irá reagir, depois registrar quedas seguidas desde 2014. A projeção de Duque é que o setor avance 0,5% em 2018 contra 2017. Ele pondera que isso irá ocorrer pela base de comparação muito baixa e pela forte queda nos preços dos ativos imobiliários.

No terceiro (+0,5%) e no quarto trimestres (+0,3%), os investimentos crescerão bem próximos de zero, segundo a Pezco. Já o economista da GO Associados, Luiz Fernando Castelli, projeta aumento de 2% para o consumo e de 4% para os investimentos neste ano. Segundo ele, as incertezas com as eleições impedirão avanços maiores na demanda.

Artigo: A possibilidade da correção de erros formais antes de autuações tributárias

06/08/2018 – Gazeta do Povo (publicado dia 05-08-2018)

Iniciativa de São Paulo possibilita que as empresas que cometeram irregularidades formais relacionadas com o ICMS corrijam os erros em 30 dias



Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

No Brasil, além do peso enorme que os tributos têm sobre a atividade econômica, não basta efetuar os recolhimentos devidos, pois ainda é necessário cumprir com uma série de eventos, como a apresentação de informações, declarações, formulários e outros deveres.

Estima-se que as empresas brasileiras gastem quase 2 mil horas e R\$ 60 bilhões por ano para vencer a burocracia tributária, consumindo quase 2% de sua receita anual. No Brasil, 1 em cada 200 funcionários trabalha na área fiscal, enquanto que na Europa a proporção é de 1 para 500 e nos EUA 1 para mil.

E mesmo assim as empresas ainda sofrem autuações decorrentes de erros formais cometidos no envio de informações e declarações para o fisco. Isso decorre em razão da complexidade do sistema e da quantidade de normas vigentes, em que o pagamento é apenas uma das etapas que devem ser cumpridas.

Diante desse cenário, uma medida inovadora do estado de São Paulo está chamando a atenção. Trata do programa "Nos Conformes", instituído pela Lei Complementar nº 1320/2018 paulista, em que as empresas que cometeram irregularidades formais relacionadas com o ICMS, serão informadas pela Secretaria da Fazenda para corrigir os erros em 30 dias.

A proposta é que, antes de instaurar a fiscalização e, em seguida, autuar o contribuinte, o fisco dê oportunidade para que as irregularidades sejam sanadas, com o envio de avisos ao domicílio tributário eletrônico dos interessados.

A medida é inovadora, considerando que a regra é que, após o início dos procedimentos de fiscalização, as penalidades não podem mais ser afastadas, conforme prevê o artigo 138 do Código Tributário Nacional.

Se efetivado, esse procedimento pode estimular os contribuintes efetuarem as regularizações necessárias, desde que paguem, com as atualizações devidas, eventuais tributos que deixaram de ser recolhido. Mas assim afastam a aplicação das multas.

Ainda que algumas dúvidas possam ser objeto de consulta ao fisco, o programa reduz os conflitos tributários, ao permitir que o contribuinte regularize sua situação. Com isso, as empresas podem ter a segurança de que, caso comentam algum equívoco formal, terão a oportunidade para regularizar a falta, mesmo que o equívoco tenha sido constatado pelo fisco antes do contribuinte corrigir.

Quem sabe o pioneirismo paulista não seja adotado por outros estados, pelos municípios e até mesmo pela União.

**Gabriel Placha é professor de Direito Tributário da FAE, secretário da Comissão de Direito Agrário e do Agronegócio da OAB-PR, membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB Paraná e sócio da Araúz & Advogados Associados.*

BC autoriza 1º sistema de registro de duplicatas e espera queda dos juros

06/08/2018 – Tribuna PR (publicado dia 03-08-2018)

O Banco Central autorizou o funcionamento do primeiro sistema para registro de direitos creditórios representados por duplicatas. A autorização foi dada à Central de Recebíveis (Cerc), que tem sede em São Paulo. O sistema fará o registro de duplicatas adquiridas ou usadas por instituições financeiras como garantia em empréstimos e financiamentos.

Segundo o BC, a autorização está alinhada com a agenda do BC de barateamento do crédito às famílias e empresas. Para a autoridade monetária, o uso das duplicatas como garantia ao crédito é um mecanismo que permite “aumento no volume de concessão e redução das taxas praticadas nas linhas de crédito”. O BC lembra que os recebíveis são instrumentos para obtenção de financiamento, principalmente para pequenas e médias empresas.

A expectativa do BC é de que, com a duplicata eletrônica, o risco do sistema diminua. Isso porque o sistema eletrônico evitará que uma mesma duplicata seja apresentada em diferentes operações de crédito e permitirá a diminuição das chamadas “duplicatas frias”, que são títulos que não possuem o suporte em efetivas transações de bens ou serviços. Com um risco menor nas operações, o BC espera que isso se reflita em taxas de juros também menores.

Diversificação com fundos é alternativa para cenário instável

06/08/2018 – Folha de S. Paulo

Investimento resistiu aos imprevistos e é boa defesa contra indefinição político-econômica

Taxa básica de juros no menor patamar histórico, incertezas políticas, paralisação dos caminhoneiros, alta do dólar, cenário internacional desfavorável, com guerra comercial entre Estados Unidos e China, e aumento dos juros americanos. Como dizem os economistas, o ano até agora foi desafiador para alcançar bons resultados nos investimentos —e olhando para frente o cenário promete ser ainda mais, o que exige rever estratégias.

Nesse ambiente de indefinições, os fundos multimercados aparecem como alternativa para garantir a segurança dos investimentos e, ao mesmo tempo, trazer rendimentos maiores, uma vez que permitem mesclar aplicações de renda fixa com a variável.



"O fundo multimercado pode ganhar em quase todos os cenários, exceto em situações adversas como em maio [em que a greve dos caminhoneiros quase parou o país]. Fora isso, dá para surfar em várias posições", diz Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper.

Mas mesmo sendo considerado um produto de risco mais moderado, porque permite alocar recursos em categorias diferentes, exige cautela.

Para se ter uma ideia, no primeiro semestre, os melhores resultados foram registrados por fundos que se anteciparam à crise na Petrobras e se desfizeram de posições na companhia antes da paralisação dos caminhoneiros.

Essa foi, por exemplo, a estratégia usada pela Vista Capital, que no período teve retorno de 28,21% para os seus clientes, conforme levantamento realizado pela consultoria Comdinheiro.

"Percebemos que o mercado estava animado demais, com um certo exagero, e quando veio a greve dos caminhoneiros o cenário ficou nebuloso. Nesta fase, já tínhamos uma carteira mais defensiva e isso deu muito certo", diz Luiz Guerra, gestor da Indie Capital, que adotou tática semelhante se desfazendo de ações da estatal e acumulou ganhos de 23,95% no período.

Também se deu bem quem apostou na Vale. A reestruturação da companhia e a alta do dólar fizeram com que os papéis da empresa terminassem o semestre com alta de mais de 20%, na contramão da Bolsa local. No mesmo período, o Ibovespa caiu 4,76%.

A reorganização, cujo projeto foi anunciado em fevereiro do ano passado, culminou com a migração das ações da companhia para o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3.

Entre as regras está a proibição de distinção entre os que detêm ações ordinárias (com direito a voto) e preferenciais (que teriam preferência nos pagamentos de dividendos), como havia antes.

Além disso, o dólar avançou cerca de 16% ante o real no período. "Como 100% da receita de minério de ferro da Vale é dolarizada, a companhia ganhou também com a valorização cambial", explica Marcelo Nantes Souza, do Bradesco.

Quem faz a diversificação por conta própria, colocando recursos em diferentes fundos, precisa ter em mente a natureza e a dinâmica de cada tipo de fundo, bem como o seu perfil como investidor.

Professor do laboratório de finanças do Insper e planejador financeiro, Michael Viriato, montou quatro sugestões de carteiras que ilustram como o investidor pode diversificar aplicações conforme o risco que está disposto a correr. Em todos os casos, o ganho esperado fica acima do previsto com a Selic, a taxa básica de juros (consulte ao lado).

Viriato recomenda o uso dos instrumentos entre aqueles investidores de perfil moderado em diante-- perfis que podem recorrer a fundos multimercado ou de ações. Ao optar por um fundo, o investidor delega a um gestor a tarefa de escolher quais são os ativos com o maior potencial de gerar ganhos dentro do espectro de produtos predefinido.

Em renda fixa, por exemplo, existem fundos que podem aplicar apenas em títulos públicos, outros investem em debêntures de empresas ou em títulos de dívidas no exterior, com risco variável.

Nos fundos de ações, cabe ao gestor a seleção dos papéis com potencial de ganhos. O trabalho do investidor é eleger qual fundo presta o melhor serviço com as menores taxas.

Uma modalidade com bom desempenho neste ano, por exemplo, foram os fundos cambiais, que fecharam o primeiro semestre com valorização superior a 18%, acompanhando a alta dólar. Essa, opção, porém, agora é vista com cautela redobrada. "O que se tinha para ganhar com o câmbio já está no preço que temos agora. Acho muito arriscado apostar que o real vai se desvalorizar ainda mais", diz Viriato.

Os investidores que decidem aplicar em renda fixa estão contabilizando retorno mais tímido, com a acentuada volatilidade do mercado brasileiro atingindo em cheio a rentabilidade desses fundos.

Um dos destaques dessa categoria no primeiro semestre foi o BB Renda Fixa Dívida Externa Mil Fundo Investimento, com retorno de 9,47% em seis meses. O fundo aplica em títulos do governo, mas que são emitidos no exterior.

"É um fundo que tem a obrigatoriedade de investir em títulos soberanos do Brasil emitidos no exterior e a valorização significativa do dólar ante o real no período compensou até mesmo a depreciação do ativo no exterior", diz Carlos André, diretor-executivo do BB Gestão de Recursos DTVM.

Já os fundos simples seguem com o menor rendimento entre os fundos com variação semelhante à caderneta de poupança.

No segmento, os produtos de maior retorno ganharam 3,01% no período, enquanto a poupança antiga rendeu 3,03% e a nova, 2,32%. Os depósitos feitos a partir de 2012 rendem 70% da taxa Selic em momentos nos quais o juro básico cai abaixo de 8,5%.

Nos primeiros seis meses do ano, a inflação oficial, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), foi de 2,60%.

Os fundos de renda fixa foram criados de olho no investidor conservador, que normalmente investe na caderneta de poupança. O produto tem que aplicar ao menos 95% do patrimônio em títulos do governo ou em papéis emitidos por empresas que tenham o mesmo nível de risco.

Na renda fixa, investimentos pós-fixados, como CDBs e títulos públicos que rendem a Selic, protegem da volatilidade, sem susto de ganhos ainda mais modestos.

"Numa hora dessas, tenho certeza de que o juro no Brasil não vai baixar muito mais [do patamar atual]", diz o professor da escola de finanças da FGV, Antonio Porto.

A previsão de economistas consultados pelo Banco Central é de que a Selic encerre o ano no atual patamar, mas vá a 8% em 2019.

Número de cartões de débito ativos aumentou 6,2% em 2017, diz BC

06/08/2018 – Tribuna PR (publicado dia 03-08-2018)

O mercado de cartões de débito no Brasil é dividido quase igualmente por três empresas. Dados divulgados nesta sexta-feira, 3, pelo Banco Central mostram que Mastercard, Visa e Elo têm tamanho equivalente após o forte crescimento de quase 30% no número de clientes da terceira empresa no ano passado. A pesquisa mostra ainda que o universo de cartões de débito ativos aumentou 6,2% no decorrer do ano passado. Já o número de plásticos com a função crédito diminuiu 1,9%.

A pesquisa Estatísticas de Pagamentos de Varejo e de Cartões no Brasil mostra que em 2017 o mercado do débito brasileiro foi liderado pela Mastercard, que terminou o ano com 39,6 milhões de plásticos ativos após crescimento de 2,5% da base de clientes. Em seguida, aparece a Visa que perdeu 6% dos usuários e registrou 33 milhões de plásticos ativos. A norte-americana já está ameaçada pela brasileira Elo, que viu o número de clientes saltar 28,1% em um ano, para 32,9 milhões de plásticos ativos.

Criada em 2011, a Elo é uma sociedade entre Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Os três bancos têm emitido número crescente de plásticos com a marca nos últimos anos, principalmente nos segmentos de baixa e média renda. A empresa não divulga a composição societária para a imprensa.

A pesquisa do BC mostra ainda que o número de cartões de débito ativos cresceu 6,2% no ano passado e atingiu 107,59 milhões de plásticos. Esse universo representa apenas um terço do total de cartões emitidos, que alcançou 323,71 milhões. Isso quer dizer que apenas um a cada três cartões de débito emitidos pelos bancos estão ativos.

No mercado de crédito, ao contrário, o universo de plásticos ativos caiu 1,9% no ano passado, que terminou com 81,97 milhões de cartões ativos. Nesse segmento, administradoras contabilizaram 150,15 milhões de plásticos emitidos. Ou seja, a taxa de plásticos ativos é de 54,6%.

A pesquisa mostra ainda que o número de transações na função débito cresceu de 6,8 bilhões para 7,9 bilhões de operações no ano. Já na função crédito, o volume de transações passou de 5,9 bilhões para 6,4 bilhões no ano. A participação das operações de débito cresceu de 53,9% para 55,4%. "O que está em consonância com o direcionamento dado pelo BC de que o cartão de débito seja cada vez mais utilizado como instrumento de pagamento", diz a pesquisa do BC.

Focus aponta alta do PIB de 2018 de 1,50%

06/08/2018 – EM.com

A expectativa de alta para o PIB este ano é de 1,50%, conforme o Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 6, pelo Banco Central. Há quatro semanas, a estimativa era de crescimento de 1,53%. Para 2019, o mercado manteve a previsão de alta do PIB de 2,50%, igual ao visto quatro semanas atrás.

No fim de junho, o BC reduziu sua projeção para o PIB em 2018, de 2,6% para 1,6%. A instituição atribuiu a mudança na estimativa à frustração com a economia no início do ano. Em 20 de julho, o Ministério do Planejamento também atualizou sua projeção, de 2,5% para 1,6%.

No relatório Focus de hoje, a projeção para a produção industrial de 2018 foi de alta de 2,91% para elevação de 2,85%. Há um mês, estava em 2,65%. No caso de 2019, a estimativa de crescimento da produção industrial seguiu em 3,00%, ante 3,05% verificados quatro semanas antes.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a produção industrial subiu 13,1% em junho, em um movimento de recuperação após a greve dos caminhoneiros. Em maio, a produção industrial havia despencado 11%.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2018 foi de 54,90% para 54,25%. Há um mês, estava em 54,95%. Para 2019, a expectativa passou de 58,00% para 57,70%, ante os 58,00% de um mês atrás.

Déficit primário/PIB

O Relatório de Mercado Focus trouxe também mudança na projeção para a área fiscal em 2018. A relação entre o déficit primário e o Produto Interno Bruto (PIB) este ano foi de 2,05% para 2,00%. No caso de 2019, permaneceu em 1,50%. Há um mês, os percentuais estavam em 2,10% e 1,50%, respectivamente.

Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2018 seguiu em 7,40%, conforme as projeções dos economistas do mercado financeiro. Para 2019, permaneceu em 6,90%. Há quatro semanas, estas relações estavam em 7,40% e 6,80%, nesta ordem.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com juros.

Desde o início de julho, as projeções do mercado para o déficit primário e o déficit nominal são publicadas no Focus.

Focus: projeção do IPCA 2018 atualizada nos últimos 5 dias úteis passa para 4,11%

06/08/2018 – EM.com

A projeção mediana para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) 2018 atualizada com base nos últimos 5 dias úteis passou de 4,10% para 4,11%, conforme o Relatório de Mercado Focus. Houve 36 respostas para esta projeção no período. Há um mês, o percentual calculado estava em 4,17%.

No caso de 2019, a projeção do IPCA dos últimos 5 dias úteis passou de 4,11% para 4,10%. Há um mês, estava em 4,10%.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC anunciou a manutenção da Selic (a taxa básica de juros) em 6,50% ao ano. Além disso, a instituição atualizou suas projeções para a inflação neste e no próximo ano.

No cenário de mercado, que utiliza o câmbio e o juro da Focus, a projeção para o IPCA é de 4,2% em 2018 e 3,8% em 2019. No cenário de referência, que pressupõe câmbio constante a R\$ 3,75 e juro a 6,50%, o IPCA projetado é de 4,2% em 2018 e 4,1% em 2019.

As projeções do IPCA que consideram apenas os últimos 5 dias úteis são uma das novidades do novo formato do Focus. As estimativas gerais do IPCA, que seguem fazendo parte do Focus, levam em conta os últimos 30 dias.

Conforme o BC, a intenção de divulgar projeções com base nos últimos dias úteis tem como objetivo mostrar um retrato mais tempestivo do indicador de inflação.

Selic no fim de 2018 permanece em 6,50% ao ano, revela Focus

06/08/2018 – EM.com

Após a reunião da última semana do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica de juros) para o fim de 2018 e de 2019.

O Relatório de Mercado Focus trouxe hoje que a mediana das previsões para a Selic este ano seguiu em 6,50% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar. Já a projeção para a Selic em 2019 permaneceu em 8,00% ao ano, igual ao verificado há quatro semanas.

No caso de 2020, a projeção para a Selic seguiu em 8,00% e, para 2021, também permaneceu em 8,00%. Há um mês, os percentuais projetados eram de 8,00% para ambos os anos.

Na semana passada, o Copom anunciou a manutenção, pela terceira vez consecutiva, da Selic (a taxa básica de juros) em 6,50% ao ano. Em sua decisão, o Copom afirmou que os indicadores recentes da atividade econômica "refletem os efeitos da paralisação no setor de cargas, mas há evidências de recuperação subsequente".

A instituição também reconheceu que a inflação de junho, de 1,26%, refletiu a greve dos caminhoneiros e "outros ajustes de preços relativos". No entanto, pontuou que os "dados recentes corroboram a visão de que esses efeitos devem ser temporários".

Para o grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a mediana da taxa básica em 2018 seguiu em 6,50% ao ano, igual ao verificado um mês antes. No caso de 2019, a projeção do Top 5 para a Selic seguiu em 7,63% ante 7,75% de quatro semanas atrás. No caso de 2020, permaneceu em 8,50% e, para 2021, também em 8,50%. Há um mês, estavam em 8,50% para 2020 e 2021.

Câmbio

O relatório Focus mostrou manutenção no cenário para a moeda norte-americana em 2018 e 2019. A mediana das expectativas para o câmbio no fim deste ano seguiu em R\$ 3,70, mesmo valor verificado há um mês.

Para 2019, a projeção para o câmbio no fim do ano também permaneceu em R\$ 3,70, ante R\$ 3,60 de quatro pesquisas atrás.

Eólicas serão 2ª fonte de energia do País em 2019

06/08/2018 – Tribuna PR (publicado dia 05-08-2018)

Os ventos sopram forte para se transformarem na segunda maior fonte geradora de energia do Brasil já a partir do próximo ano, somente atrás da eletricidade que é retirada das turbinas de hidrelétricas.

As usinas eólicas, que até meados de 2010 eram vistas como "experimentos" do setor elétrico, entraram de vez para a base de sustentação de abastecimento do País, e menos de uma década depois respondem por 8,5% da potência instalada em território nacional.

Nestes meses de agosto e setembro, período que já passou a ser conhecido como a "safra dos ventos", as usinas eólicas têm batido recordes. É quando a ventania ganha ainda mais força nas Regiões Nordeste e Sul do País, onde hoje giram 6,6 mil cataventos espalhados por 534 parques eólicos.

“Com a expansão de projetos já contratada, as eólicas devem ultrapassar a geração térmica e a biomassa em 2019 ou, no máximo, em 2020”, diz Elbia Gannoum, presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Hoje, 64% do potencial elétrico nacional vem de turbinas de hidrelétricas. As usinas a biomassa representam fatia de 9,2%, mas as eólicas já são 8,5% da matriz e crescem a um ritmo superior a 20% ao ano, muito acima das demais fontes.

No dia a dia do consumo, porém, a presença dos ventos tem sido superior. É justamente no período seco – de abril a novembro, quando a maior parte dos reservatórios precisa ser preservada – que a ventania ganha mais força.

Nas últimas semanas, uma média de 14% da energia que abastece todo o País tem sido retirada de torres eólicas. Uma semana atrás, os cataventos suportaram nada menos que 72% da energia consumida por toda a Região Nordeste.

Pressão

Para o governo, que há quatro anos não consegue licitar mais nenhuma grande hidrelétrica por causa do forte impacto ambiental desses empreendimentos – principalmente aqueles previstos para serem erguidos na Região Amazônica –, as fontes eólicas passaram a aliviar a pressão sobre o abastecimento e tornaram a geração menos dependente dos barramentos de rios.

“É importante entender, porém, que as fontes de energia não competem entre si, elas são complementares. As eólicas estão aí para provar isso. É uma oportunidade da qual o País não pode abrir mão”, diz Eduardo Azevedo, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME).

A energia gerada pela força dos ventos faz parte da matriz energética desde 1992, com o início da operação da primeira turbina eólica, em Fernando de Noronha (PE). O crescimento da fonte eólica, no entanto, pode enfrentar alguns problemas, alerta Ricardo Baitelo, coordenador de Clima e Energia do Greenpeace e conselheiro da organização Uma Gota no Oceano.

“Já há pressão no governo para que as fontes de geração eólica e solar tenham reduzidos seus incentivos ligados ao custo de transmissão de energia”, comenta Baitelo. “Se isso ocorrer, pode comprometer o desempenho dessas fontes.”

Petrobras reduz preço da gasolina em 0,7% nas refinarias a partir de terça-feira

06/08/2018 – DCI

A Petrobras reduzirá em 0,7 por cento os preços da gasolina nas refinarias, para 1,9331 real o litro, a partir de terça-feira, informou a estatal em seu site.

O movimento ocorre como parte da política de preços da petroleira, que prevê reajustes até diários do combustível vendido nas refinarias, tendo como referência indicadores internacionais, como preço do petróleo e dólar.

Já as cotações do diesel seguem congeladas em 2,0316 reais o litro, desde que a Petrobras aderiu ao programa de subvenção econômica, que prevê o ressarcimento pelo governo de possíveis perdas com a venda do combustível.

Fiat Chrysler anuncia recall de 87 mil unidades de Uno, Novo Palio e Grand Siena

06/08/2018 – Bem Paraná (publicado dia 05-08-2018)

A FCA (Fiat Chrysler Automóveis) anunciou nesta sexta (3) um recall de 87 mil veículos de ano/modelo 2012. São alvos da convocação carros do modelo Uno (10.791), Novo Palio (42.825) e Grand Siena (33.384).

Segundo a companhia, foi detectada a possibilidade de degradação do deflagrador do airbag desses carros devido à eventual exposição do veículo a variações elevadas de temperatura e umidade absoluta durante longos períodos.

Os proprietários desses veículos devem, a partir de 6 de agosto, agendar seu comparecimento a uma das concessionárias Fiat.

Nelas, serão feitas gratuitamente análise e, se necessária, a substituição dos módulos dos airbags do lado do motorista e/ou do passageiro.

Em caso de colisão que resulte no acionamento do airbag, poderá ocorrer a ruptura de seu deflagrador devido a uma excessiva pressão interna, provocando a dispersão de fragmentos metálicos com potenciais danos físicos graves ou até mesmo fatais aos ocupantes do veículo.

O tempo estimado de reparo é de duas horas.

É possível consultar os números dos chassis envolvidos e/ou mais informações, no site da Fiat ou pela Central de Serviços ao pelo telefone 0800 707 1000.

Em julho, a empresa anunciou um recall de cerca de 223 mil veículos no Brasil por falha em relés dos sistemas de ignição e injeção de combustível que podem gerar parada no funcionamento dos motores.

Os carros envolvidos abrangem os principais modelos da montadora italiana vendidos no país: Uno, Argo, Mobi, Toro, Grand Siena, Strada, Palio Weekend e Fiorino, de anos-modelo entre 2017 e 2019.

Nissan quer usar bateria descartada de carro elétrico para levar energia a casas

06/08/2018 – Tribuna PR (publicado dia 04-08-2018)

Ao iniciar as vendas no Brasil da nova geração do Leaf elétrico na primeira metade de 2019, a Nissan pretende já ter definido um destino para as baterias após seu descarte, principal preocupação dos ambientalistas. Uma das alternativas é usá-las para armazenar energia e atender comunidades remotas onde a eletricidade não chega.

No intuito de encontrar soluções, a Nissan firmou na sexta-feira, 3, parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para estudar as aplicações possíveis. A empresa vai fornecer inicialmente seis baterias de modelos Leaf que foram usados como táxis em São Paulo e no Rio de Janeiro em testes de 2012 a 2016.

Embora descartadas nos automóveis, onde têm vida útil de cerca de oito anos, as baterias seguem com grande capacidade de carga e podem ser usadas para geração de energia de maneira independente da rede elétrica convencional, informa o presidente da Nissan do Brasil, Marco Silva.

Segundo ele, a UFSC já desenvolve projetos de reutilização de baterias de lítio, embora não automotivas, por isso foi escolhida para a parceria. "Vamos encontrar uma

segunda vida para a bateria e, futuramente, uma terceira vida”, diz o coordenador do Laboratório Fotovoltaica da UFSC, Ricardo R  ther.

Essa terceira fase seria desmontar e retirar os materiais nobres – lítio, cobalto e níquel – para outras finalidades. A UFSC trabalha há três anos com baterias de lítio novas que são abastecidas com energia solar e usadas na universidade. Também tem um ônibus para uso interno movido 100% a bateria com energia solar.

Silva afirma que uma das possibilidades    armazenar energia nas baterias e entreg  -las em regiões onde não há luz elétrica ou comunidades de ribeirinhos para bombeamento de   gua.

O executivo explica que cada bateria cont  m 48 células do tamanho de notebooks que geram energia. Ao assinar o convênio na sexta, os técnicos da UFSC fizeram um teste com sete dessas células e constataram que essa quantidade é suficiente para abastecer uma casa de dois dormitórios com dois moradores por 24 horas. Uma possibilidade é armazenar a energia durante o dia, quando o custo é mais barato, e us  -la    noite, quando é mais caro.

O presidente da Nissan ressalta que já há projetos em outros países onde o Leaf é vendido há vários anos. Em junho, a montadora inaugurou em um est  dio na Holanda um sistema alimentado por 148 baterias do modelo que funciona sem conexão com a rede elétrica.

Segundo a empresa, é o maior sistema de armazenamento de energia da Europa. No Japão, a empresa e parceiros instalaram postes de luz na cidade de Namie alimentados por uma combina  o de painéis solares e baterias do Leaf.

R  ther informa que a primeira experiência com as baterias do Leaf será para a gera  o de energia no próprio laboratório. Os testes também servirão para avaliar qual o tempo de uso dessa “segunda vida” das baterias.

Mercado. Silva ainda não tem dados sobre o tamanho do mercado para o Leaf no Brasil. Também não há preço definido, mas o modelo vai se beneficiar da recente redu  o do IPI para elétricos e híbridos, de 25% para 7% a 20%. Ele acredita que o Leaf deverá ter alíquota de 8% ou 9%.

No mês passado a BMW e a EDP instalaram seis postos de recarga rápida na Rodovia Dutra, que liga São Paulo e Rio, para incentivar o mercado.

Em 2017 foram vendidos apenas 125 carros movidos a bateria elétrica no País e 2.821 híbridos. Um grupo formado por diversos setores e o Ministério da Indústria (MDIC) prepara para o fim do ano uma proposta de política de eletromobilidade para o Brasil.

Robô vai facilitar compra de carro, mas não substitui pesquisa

06/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado dia 04-08-2018)

Banco apresentar   assistente digital de venda em feira do setor automotivo

O ritual de ir até uma loja de automóveis para conhecer de perto um novo modelo já faz parte do passado. Os clientes de hoje já entram nas concessionárias com todas as informa  es do produto, obtidas nos sites das montadoras ou em avalia  es.

Em breve, esses clientes irão apenas buscar seus veículos nas lojas. Até a opera  o de crédito será virtual.

A primeira experiência do tipo será apresentada pelo Itaú nesta semana. A   rea de

financiamento do banco vai lançar um assistente digital durante a Expo Fenabrave, feira promovida em São Paulo pela associação dos revendedores de veículos.

Os interessados serão atendidos por um robô. A máquina representará um vendedor online, que trabalha 24 horas por dia. A programação o faz agir como um ser humano em seu smartphone, com direito a emojis e interjeições.

Além de oferecer informações sobre modelos disponíveis e simulações de financiamento, o atendente virtual será capaz de coletar os dados do carro que será dado na troca e estimar seu preço.

O robô agenda visitas e test drives, e só a partir daí o vendedor em carne e osso entra na operação. O cliente chega à loja já com o crédito aprovado e vai testar o carro para saber se o mundo digital se encaixa em suas expectativas.

Por meio de seus representantes, o Itaú afirma que os comerciantes humanos não perderão nada: suas comissões por venda serão preservadas.

Mas, é claro, não existe mais bobo no futebol, nem no mercado financeiro.

Ao criar uma ferramenta tão sofisticada, o Itaú atrai gente disposta a comprar um carro e que tem crédito na praça. As facilidades oferecidas pelo banco farão clientes ansiosos fecharem negócios sem checar se as taxas aprovadas são as melhores disponíveis.

Existe uma prática conhecida como fator de retorno, que consiste na aplicação de diferentes índices sobre um mesmo valor financiado. Uma parcela pode passar de R\$ 1.000 para R\$ 1.200 a depender de qual cálculo foi feito pelo sistema de acordo com o perfil do consumidor.

Ao aceitar a primeira simulação que aparece, o cliente pode estar pagando mais pelo mesmo crédito concedido.

O Itaú tem o mérito de criar um serviço útil, que evita a frustração de ver o crédito reprovado na loja ou de sonhar com algo pelo qual não poderá pagar. Porém, o sistema não é garantia de melhor negócio.

O cliente sempre deve fazer simulações em diferentes financeiras e, mesmo que aceite de pronto a proposta pré-aprovada pelo atendente virtual, deve ir à loja ou ao banco para checar se é possível conseguir taxas mais camaradas.

É certo que os outros bancos criarão ferramentas semelhantes, o que possibilitará outras simulações.

Mas nenhuma será capaz de superar a capacidade humana de pechinchar em busca do melhor negócio possível.

O que todo motorista deve saber sobre mecânicos e postos malandros

06/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado dia 04-08-2018)

Quando o frentista ou mecânico disser que, se o defeito do carro não for consertado na hora algo terrível pode acontecer, é melhor ficar alerta. Sem tempo para procurar opiniões de outros profissionais, motoristas ficam sujeitos a pagar caro por serviços simples ou desnecessários.

Eram cinco da manhã quando a advogada Paloma Yumi, 29, parou em um posto para encher o tanque do carro emprestado pela mãe. Logo, o frentista se ofereceu para verificar o nível do óleo.

Com cara de espanto, o funcionário alertou que o reservatório estava quase vazio. Segundo ele, a situação era tão crítica que, se o veículo rodasse mais, o motor iria fundir.

Por causa do horário, Paloma preferiu não ligar para a mãe perguntando o que fazer. Permitiu que o frentista fizesse a troca do lubrificante e do filtro. Tudo custou R\$ 700. Ao chegar em casa, descobriu que havia sido enganada. Tanto o óleo quanto o filtro tinham sido substituídos fazia uma semana —e por R\$ 200.

Com a nota fiscal do serviço anterior, a advogada procurou o gerente do estabelecimento, que disse que só devolveria R\$ 100 relativos à mão de obra. "Foi horrível. Pensei em entrar com uma ação contra o posto, mas estava sem tempo e não fui atrás disso", diz ela.

"Esse negócio de que é preciso trocar o óleo se não o motor vai fundir é balela. Não são dez quilômetros que vão fazer diferença", afirma o engenheiro Henrique Pereira, da SAE Brasil (Sociedade de Engenheiros de Mobilidade).

Há urgência, sim, quando acender uma luz no painel, com o desenho semelhante a uma chaleira, que indica a falta de lubrificação do motor.

Mesmo em situações críticas, o proprietário não deve se deixar levar pela ansiedade. É essencial pesquisar sobre cada serviço. Dependendo do caso, é melhor chamar o guincho para levar o carro a uma oficina.

Mas qual é o caminho para encontrar um estabelecimento competente? O primeiro passo, claro, é pedir indicações. Vale buscar referências de órgãos que certificam oficinas, como o IQA (Instituto da Qualidade Automotiva) e o Cesvi Brasil. Para saber se há reclamações contra a empresa, o proprietário pode consultar o Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor).

Ao chegar à oficina, é necessário pedir um orçamento por escrito com as peças que serão trocadas, a descrição do serviço, o valor de cada item e as condições de pagamento, afirma Antonio Carlos Fiola Silva, presidente do Sindirepa (sindicato da indústria de reparação de veículos).

O que foi acordado no documento tem validade de dez dias, segundo o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Isso dá tempo para pedir outros orçamentos.

Em duas oficinas, o defeito na trava da porta do Palio 2009 do servidor público Jefferson Velasco, 39, exigia a troca do alarme por R\$ 300. Na terceira, o mecânico constatou que o problema era apenas sujeira e fez uma limpeza sem cobrar nada.

Jefferson ficou mais atento depois de ter sido enganado em várias ocasiões. Na mais grave, em 2011, uma correia dentada que acabara de trocar em seu Gol 2002 arrebentou quando ele dirigia na estrada.

Descobriu que o mecânico não havia substituído a peça e que o conserto do motor danificado custaria R\$ 1.800. Como o valor do veículo era baixo, ele decidiu vendê-lo. O que costuma inibir profissionais mal-intencionados é pedir para verificar as peças antigas, orienta Danilo Cezar Barbosa, avaliador da InstaCarro. O consumidor pode solicitar ainda que o mecânico tire fotos dos componentes após serem instalados no automóvel.

Não é obrigatório adquirir as peças na oficina. O motorista pode comprá-las em lojas especializadas, sem perder a garantia pelo serviço.

O Idec recomenda fazer um contrato com todo o serviço e um cronograma. É bom marcar a quilometragem do veículo e o nível de combustível.

Por lei, o serviço tem garantia de 90 dias. Mas, se exatamente o mesmo problema voltar depois desse prazo por falha do profissional, o motorista tem o direito de pedir que o trabalho seja refeito.

*

Tire suas dúvidas sobre manutenção do carro

Karime Xavier/Folhapress



Profissional faz alinhamento em veículo

É preciso fazer alinhamento em todas as revisões?

Só há necessidade de realizar o serviço quando o veículo atingir a quilometragem indicada no manual do proprietário. Fora isso, o alinhamento deve ser feito quando houver um desgaste irregular dos pneus ou se, em um piso plano, o carro tende a puxar para um dos lados. Não é preciso fazer um alinhamento preventivo

Devo repor água e óleo no posto de gasolina?

Além de abastecer, o máximo que deve ser feito no posto é calibrar os pneus e encher o reservatório do limpador de para-brisa, segundo Henrique Pereira, da SAE Brasil.

É comum que o frentista diga que o nível do óleo está baixo, porque o tempo em que o veículo fica parado no posto não é suficiente para que o lubrificante, que circula pelo motor, retorne ao reservatório (cárter).

Os riscos são adicionar lubrificante sem necessidade e misturar tipos diferentes, o que não é recomendado.

A verificação tem de ser feita com o motor frio, em terreno plano. O nível do óleo deve estar entre as marcações de mínimo e máximo da vareta medidora. Já o problema de abrir o reservatório de água com o motor ainda quente é criar bolhas de ar no sistema de arrefecimento, dificultando a circulação do líquido

Faz diferença abastecer com gasolina aditivada? E premium?

A gasolina aditivada de fato ajuda diminuir o acúmulo de impurezas no sistema de alimentação no motor. Isso, a longo prazo, também ajuda a reduzir o consumo de combustível. Mas, até por conta do valor mais alto, não é necessário abastecer sempre com a aditivada. É possível alternar os abastecimentos sem prejudicar o carro. Já a gasolina premium só é interessante para veículos de alta performance, que rendem mais ao usar esse tipo de combustível

Posso só completar o fluido de freio?

O fluido de freio não se reduz com o uso. Se o nível estiver abaixo do ideal, é sinal de que deve haver algum problema, como vazamento ou desgaste natural das pastilhas de freio. É importante verificar o fluido a cada seis meses, segundo Fabio Facca, gerente de vendas da Campneus

É necessário fazer limpeza nos bicos injetores de combustível?

Na maioria dos casos, não. Os injetores são autolimpantes, afirma Felipe Cyrillo, da startup Simplificaa Soluções Automotivas

Jipinho Cactus chega com a missão de fazer Citroën voltar a crescer no Brasil

06/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado dia 04-08-2018)

A Citroën não pode errar. Com menos de 1% de participação em vendas no mercado brasileiro e em processo de reestruturação da rede de revendedores, a marca precisa lançar um carro de grande volume para voltar a crescer. O escolhido para essa tarefa é o C4 Cactus.

O novo jipinho urbano chega às lojas no início de setembro. O primeiro contato com o modelo foi feito na fábrica do grupo PSA Peugeot Citroën, na cidade de Porto Real (RJ). A versão mais equipada terá motor 1.6 turbo flex (173 cv) e câmbio automático de seis marchas. Os faróis são divididos em duas partes: a inferior concentra os feixes alto e baixo, e a superior traz as luzes de uso diurno, em LED.

Divulgação



Cactus com motor 1.6 turbo durante teste no Rio de Janeiro

A pintura pode ter dois tons, algo que exigiu a modernização da linha de montagem. Eduardo Chaves, diretor do polo industrial da PSA, afirma que estão sendo investidos R\$ 580 milhões na fábrica de Porto Real.

O resultado desse investimento é visto no esmero da construção. Tudo parece perfeitamente encaixado, sem folgas aparentes entre peças da cabine ou da carroceria.

Detalhes fazem do Cactus um autêntico Citroën. Há uma faixa de tecido cinza aplicada no lado direito do painel, sem função alguma. Está ali apenas por charme, como um lenço à mostra no bolso do paletó.

As forrações da cabine têm tons escuros, bem diferentes das múltiplas cores disponíveis no Cactus europeu. Fabricio Biondo, vice-presidente de relações públicas do grupo PSA na América Latina, explica que não seria possível repetir o padrão francês no Brasil, devido às características do mercado local.

Outra diferença do modelo nacional para o estrangeiro está na suspensão. O carro feito no Rio de Janeiro é mais alto e está sendo preparado para encarar buracos na cidade e em trilhas leves.

O motorista encontra boa posição ao volante, que tem regulagem de altura e de profundidade. Diante de seus olhos há um painel digital monocromático e sem graça, inferior ao que será oferecido como opcional no Volkswagen T-Cross, futuro concorrente do Cactus.

Um teste feito com unidades camufladas do novo Citroën permitiu conhecer a dinâmica do carro. A versão disponível estava equipada com o motor turbo.

O Cactus apresentou um rendimento quase esportivo, além de bastante conforto ao rodar. É de se esperar que assumo o primeiro lugar em aceleração entre os concorrentes diretos no Ranking Folha-Mauá. Hoje, o mais rápido é o Chevrolet Tracker 1.4 turbo flex (R\$ 89,3 mil).

A direção com assistência elétrica do C4 se mostrou precisa e leve em manobras.

Os quatro protótipos avaliados tinham diferenças de performance e calibração do conjunto mecânico, não só para adequação ao gosto do consumidor brasileiro, mas também para diferentes mercados. O Cactus será exportado para países vizinhos, principalmente a Argentina.

Os carros avaliados fizeram parte da fase de desenvolvimento do produto. A Citroën afirma ter rodado mais de 1 milhão de quilômetros em testes para adequar seu SUV aos caminhos do Brasil.

Com cerca de 4,20 metros de comprimento, o veículo será um dos menores modelos de seu segmento. Para compensar, a distância entre eixos de 2,60 metros é apenas 1 cm menor que a do Honda HR-V, que é referência em espaço interno no segmento de SUVs compactos.

As versões mais caras do Cactus terão seis airbags e um rack de teto exclusivo, pintado de preto brilhante.

A principal novidade será o sistema de frenagem automática, capaz de parar o veículo caso detecte uma situação de emergência, evitando batidas e atropelamentos.

Para ter um preço atraente nas opções mais simples, a Citroën fará também um jipinho despojado. As rodas de liga leve serão trocadas por um conjunto de ferro recoberto por calotas de plástico.

O Cactus "popular" será equipado com motor 1.6 flex sem turbo (118 cv na versão automática), ar-condicionado e direção com assistência elétrica. O preço só será divulgado no fim de agosto, mas estima-se que os valores partam de R\$ 70 mil.

Os principais concorrentes do modelo Citroën são Honda HR-V 1.8 flex (a partir de R\$ 83,1 mil), Nissan Kicks 1.6 flex (preço inicial de R\$ 73 mil) e Hyundai Creta (R\$ 77,8 mil na versão 1.6 flex Attitude).

Scania renova aposta em biocombustíveis

06/08/2018 – Automotive Business (publicado em 03-08-2018)



A nova geração de caminhões que a Scania começa a produzir no Brasil em fevereiro de 2019 terá cinco versões que podem rodar com biocombustível, duas a etanol e três a biogás.

Em 2011 a fabricante já tinha lançado uma versão a etanol da cabine P, mas as vendas foram irrelevantes. Agora a aposta é de maior demanda por soluções sustentáveis por parte de embarcadores, o que poderá motivar transportadores no Brasil e exterior a comprar veículos que causam menor impacto ao meio ambiente.

"Hoje já existem combustíveis alternativos mais rentáveis que o diesel, ao mesmo tempo em que vários embarcadores estão pressionados pela questão ambiental, o que aumenta a procura por soluções sustentáveis de transporte. Por isso temos hoje mais chances de introduzir no mercado caminhões a biogás e bioetanol, mas isso está só começando", avalia Silvio Munhoz, diretor comercial da Scania Brasil.

Serão oferecidas duas versões a etanol dos motores XPI, que trabalham em ciclo diesel com aditivo para regular a detonação: o DC09, de nove litros, 280 cavalos e 1.400 Nm de torque máximo; e o DC13, 13 litros, 400 cv e 2.150 Nm. A maior expectativa recai sobre o motor mais potente.

“Essa opção nos dá pela primeira vez a possibilidade de participar da cadeia de produção do etanol, para transporte e distribuição do biocombustível produzido pelas usinas”, aponta Christopher Podgorski, presidente da Scania Latin America. Também há potencial de exportação para clientes na Europa, onde existe movimento de aumentar o uso de etanol no transporte de cargas.

A nova geração Scania terá três opções a gás são de motores ciclo otto, mais econômicos que o diesel para queimar combustível gasoso: OC09 104 de 280 cv/1.350 Nm, OC09 105 de 340 cv/1.600 Nm e OC13 101 de 410 cv/2.000 Nm. “É uma novidade no Brasil, pela primeira vez vamos oferecer motor a gás de grande potência, capaz de puxar até 50 toneladas de carga”, destaca Celso Mendonça, gerente de desenvolvimento de negócios da fabricante.

Os três motores queimam metano, que pode ser gás natural veicular (GNV) ou biometano, extraído de resíduos orgânicos. Embora a produção de biogás ainda seja pequena no Brasil, existem projetos para aumentar a produção. Enquanto isso não acontece, já existe distribuição ampla de GNV no País. Por isso a Scania prevê que os potenciais clientes nacionais da opção poderão ser as companhias distribuidoras de GNV.

Segundo Silvio Munhoz, ainda não existem comparações precisas sobre a diferença de custo operacional entre caminhões diesel e gás, mas ele cita a experiência já feita com ônibus em São Paulo: “O custo por quilômetro com o GNV é 28% menor que o mesmo veículo a diesel. Por isso a perspectiva é bastante positiva”, pondera.

Consumidores têm confiança elevada no setor automotivo na América Latina

06/08/2018 – Automotive Business (publicado em 03-08-2018)



Estudo feito pela Llorente & Cuenca mostra Brasil em 3º lugar no ranking do segmento

Os consumidores da América Latina têm bom nível de confiança no setor automotivo da região. A conclusão é de levantamento feito pela Llorente & Cuenca com quatro mil pessoas. O Brasil apresenta o terceiro nível mais elevado, de 7,4 pontos em uma escala de 10, atrás apenas do Panamá e da República Dominicana. Apenas 7% dos entrevistados em solo nacional demonstraram índice baixo de confiança no setor.

A maior parte dos clientes latino-americanos dá importância ao que é mais tangível na indústria automotiva: os veículos oferecidos no mercado. No Brasil, este é o aspecto mais relevante para 60,8% dos participantes do estudo. Faltam 18,7% dá mais valor à integridade das companhias do setor, algo que leva em conta as práticas empresariais. Já a comunicação e a transparência é o ponto que tem maior peso para 20,4% dos participantes da pesquisa.

Além do automotivo, o levantamento mediu os índices de confiança de cinco setores: alimentação e bebidas; varejo; farmacêutico; telecomunicações e serviços financeiros.

O resultado do continente mostra que o primeiro segmento, de alimentos e bebidas, é o que mais inspira confiança nos latino-americanos. O automotivo fica em quarto lugar, enquanto o de serviços financeiros é o que está pior colocado.

Segundo a Llorente & Cuenca, a confiança dos consumidores é indicador essencial para o desenvolvimento da economia na região. A empresa reforça que a sociedade da passa por grandes transformações, o que impacta na estratégia das empresas.

As mudanças permeiam o envelhecimento da população, crescimento das áreas urbanas e do número de famílias unipessoais. Além disso, há expansão radical da conectividade, do e-commerce e a entrada na era da hipertransparência, em que clientes exigem informações e posicionamento das empresas, impactando a relação tradicionalmente estabelecida.

Magneti Marelli compra startup de tecnologia para carro autônomo

06/08/2018 – Automotive Business (publicado em 03-08-2018)

A **Magneti Marelli** fechou acordo para comprar a **SmartMeUp**, startup que tem seu modelo de negócio apoiado na oferta de soluções para carros autônomos. Sediada na França, a empresa desenvolve software para processar a imensa quantidade de sinais captados pelos sensores necessários para que automóveis circulem sem precisar de um condutor.

A negociação ainda será submetida à aprovação de entidades reguladoras, mas a expectativa é de que seja concluída até o fim de 2018.

Uma das grandes fornecedoras de componentes de iluminação, powertrain e eletrônicos da indústria automotiva, a Marelli trabalha para fortalecer seu portfólio de soluções de mobilidade do futuro. Segundo o CEO da empresa, Pietro Gorlier, o objetivo da companhia é focar na oferta de componentes e tecnologias de sensoriamento e percepção do entorno pelo carro.

Com mais de 40 mil funcionários e presença fabril em 20 países, até o fim deste ano a companhia deve ter seus negócios separados da FCA, grupo controlador.

Vendas de veículos importados avançam 31,5% no acumulado até julho

06/08/2018 – Automotive Business (publicado em 03-08-2018)



Emplacamentos de associados à Abeifa atingem as 21 mil unidades no período; entidade mantém projeção de 40 mil para o ano

As vendas de **veículos importados** das empresas associadas à Abeifa avançaram em julho e contribuíram para o crescimento de 31,5% registrado no volume de emplacamentos acumulado do ano na comparação com mesmo período do ano passado.

Dados divulgados na sexta-feira, 3, pela associação que reúne os maiores importadores, apontam que o volume superou as 21 mil unidades emplacadas nos sete meses completos de 2018.

Julho contribuiu com 3,1 mil unidades vendidas, volume 2,9% maior que o apurado em junho e um aumento de 14,3% sobre o resultado obtido em julho do ano passado, quando foram licenciados pouco mais de 2,7 mil veículos.

Entre as associadas que também têm produção nacional, BMW, Chery, Land Rover e Suzuki fecharam julho com pouco mais 1,8 mil veículos fabricados e emplacados no Brasil, ligeiro aumento de 1,1% com relação a junho. Já sobre julho do ano passado, a alta é de 1,3%.

Apesar do bom desempenho em julho, a entidade, que reúne dezesseis marcas, entre importadoras e fabricantes, decidiu manter a projeção para 2018, no qual espera encerrar com vendas de 40 mil unidades. Se conseguir, o setor terá registrado aumento de 34% em comparação aos 29,7 mil licenciados em 2017.

“Embora as vendas de julho tenham sido as melhores deste ano para o mercado total de veículos, para o setor de importados foi apenas o quarto melhor mês, tudo indica ainda a pressão do câmbio. Infelizmente, o setor foi forçado a rever promoções e, em alguns casos, até aumentar seus preços em reais”, afirma o presidente da Abeifa, José Luiz Gandini.

O executivo avalia que depois da greve dos caminhoneiros e da Copa do Mundo, eventos que de alguma forma influenciaram o comportamento das vendas entre maio e junho, a falta de confiança do consumidor ainda persiste. “Mas a pequena reação em julho já sinaliza que teremos um segundo semestre melhor, mesmo com outro fenômeno importante do ano, as eleições”, finaliza Gandini.

Embrapii e Usiminas investirão R\$ 2 milhões em sistema de inspeção inteligente para chapas de aço

06/08/2018 – Automotive Business (publicado em 03-08-2018)



Projeto visa prevenir falhas na fabricação das lâminas que serão utilizadas na indústria automotiva

A Embrapii – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – em parceria com a Soluções Usiminas investirão o total de R\$ 2 milhões para a criação de um sistema de inspeção inteligente para monitorar a fabricação de **chapas de aço** utilizadas para a produção de peças automotivas.

O sistema será capaz de prevenir quaisquer tipos de falha a fim de garantir que a chapa seja isenta de defeitos, que nem sempre são facilmente identificadas a olho nu, como micro furos, gramaturas inadequadas e deformações geométricas, que podem inviabilizar a utilização na indústria automotiva.

A assinatura do acordo foi feita em São Leopoldo (RS), no último dia 1º. O projeto será desenvolvido em conjunto pela Soluções Usiminas e pela Unidade Embrapii ISI Sensoriamento, do Rio Grande do Sul. Um terço do valor anunciado será financiado pela Embrapii.

“O Brasil tem pesquisadores extremamente capacitados. A Embrapii atua para unir a indústria a centros de pesquisas. Assim podemos ampliar a capacidade de produção e

também a competitividade das empresas brasileiras”, destaca o diretor-presidente da Embrapii, Jorge Guimarães.

O sistema será inserido no fim do processo de fabricação, no qual a chapa será inspecionada, o que permitirá entregar um produto com mais qualidade e confiabilidade. Além disso, ao encontrar um erro, o sistema também garante a rastreabilidade das falhas em toda a logística da cadeia, desde a laminação do aço até o momento de entrega do produto final, identificando se a falha é humana, de transporte ou de processo.

“A coleta de informações permitirá utilizar técnicas de ciência de dados, como Analytics, Big Data e etc. para aprimorar todo o processo de fabricação das chapas, possibilitando aumento da competitividade, redução de custos operacionais, integração de sistemas, maior inteligência nos processos e até mesmo melhorar as relações com clientes e fornecedores. Tudo isso está diretamente ligado ao conceito da manufatura avançada da Indústria 4.0”, destaca o gerente de operações do ISI Sensoriamento, Victor Gomes.

ArcelorMittal amplia produção

06/08/2018 – DCI

A ArcelorMittal Brasil deve iniciar entre o fim deste ano e o início 2019 as obras para instalar uma terceira linha de galvanização e outros equipamentos de laminação a frio, com aporte de US\$ 330 milhões, disse o presidente-executivo da empresa no País, Benjamin Baptista Filho.

O investimento vai ampliar em 700 mil toneladas a capacidade da usina em São Francisco do Sul, Santa Catarina, conhecida como ArcelorMittal Vega, e que além da indústria automotiva atende setores de eletrodomésticos e construção civil. Os novos equipamentos devem entrar em operação em 2021 e vão elevar a capacidade da usina para 2,1 milhões de toneladas, afirmou.

A decisão ocorre enquanto a rival Usiminas avalia ampliar a capacidade de galvanização na usina em Ipatinga (MG), uma vez que as atuais linhas operaram em capacidade plena.

A expansão em Vega estava pendente desde 2014, quando a ArcelorMittal suspendeu o investimento em meio à crise econômica e à retração do setor automotivo

Exportações devem crescer 2,5% em 2018

06/08/2018 – DCI

As exportações de minérios pelo Brasil devem crescer 2,5% neste ano, ante 2017, para 410 milhões de toneladas, em meio a uma expectativa de aumento de investimentos no setor, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

A expansão nas vendas externas ocorre diante do crescimento das atividades da mineradora Vale, maior produtora e exportadora global de minério de ferro e uma das principais do setor de níquel, que vem registrando diversos recordes de extração.

O montante de minérios vendido em 2018 pelo Brasil deverá representar US\$ 30 bilhões, em comparação com US\$ 28,37 bilhões no ano passado, segundo o instituto. As exportações de minério de ferro do País, entretanto, ficaram estáveis no primeiro semestre do ano, ante o mesmo período do ano passado, em cerca de 184,34 milhões de toneladas, segundo o Ibram.

As exportações de cobre, por sua vez, atingiram 581 mil toneladas entre janeiro e junho de 2018, alta de cerca de 4% ante igual período em 2017. Já as vendas externas de ouro cresceram 40% no primeiro semestre ante o mesmo período de 2017, para 55,5 toneladas.

O Ibram também elevou as perspectivas de investimentos em mineração no Brasil para US\$ 19,5 bilhões entre 2018 e 2022. O montante é 8% superior ao previsto para o período 2017-2021, de US\$ 18 bilhões. "É um dos maiores volumes de investimentos privados em cinco anos", disse o diretor-presidente do Ibram, Walter Alvarenga.